

EXPERIÊNCIAS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA MULHERES NO VALE DO RIBEIRA/SP

Daniela Ianovali¹
Sheyla Saori Iyusuka²

Resumo: O Projeto de ATER (assistência técnica e extensão rural) para mulheres foi executado entre março de 2015 e março de 2017, após a implementação de chamadas públicas da extinta Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais. O desenvolvimento do projeto é acompanhado pelos desafios de trazer a formalização das mulheres rurais através de seus trabalhos, sobretudo pescadoras e agricultoras, e conseqüentemente dar visibilidade as atividades de organização e produção. Os momentos coletivos, de socialização entre as participantes, trouxeram experiências que se traduzem em estratégias de resistência das mulheres em seus territórios, desde a produção e comercialização até outras práticas que incentivam a organização e o protagonismo. A metodologia de trabalho procurou envolver as experiências e expectativas das mulheres agricultoras. Com elas foi construído o conteúdo do cronograma de atividades previstas, de acordo com as necessidades apresentadas em cada unidade de produção. Foram realizadas atividades de formação em agroecologia, individuais e coletivas, na busca de uma formação técnica para as agricultoras, junto à inserção de conceitos de geração de valor e independência financeira das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; ATER; Organização

A ATER (assistência técnica e extensão rural) para mulheres é uma das metas promovidas pela Política Nacional de ATER (PNATER). A política foi instituída em 2004, construída por agentes de organizações governamentais, não governamentais e representações de movimentos sociais. A Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, considerando também os elementos como gênero, geração e etnia, além do papel das organizações envolvidas. Para implementar tais ações houve uma descentralização das chamadas públicas para prestações de serviços dos projetos de ATER agroecologia e ATER mulheres. Estas chamadas eram organizadas em lotes, que dividiam as regiões e o número de famílias e/ou mulheres atendidas.

Segundo os dados da extinta Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, até o ano de 2015, foram 86 lotes contemplados, 14 lotes para a ATER mulheres, 3.760 mulheres atendidas com 72 lotes contratados, e na chamada da ater agroecológica com 48.300 famílias atendidas. Vale ressaltar que mesmo nas chamadas ATER agroecologia era obrigatório o atendimento de 50% mulheres, 30% dos recursos destinados para atividades estritamente femininas e a contratação de pelo menos 30% de técnicas mulheres nas equipes. As chamadas da ater mulheres tinham o objetivo de

¹ Técnica da SOF Sempre Viva Organização Feminista, Registro, SP, Brasil.

² Técnica da SOF Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo, SP, Brasil.

fortalecer a produção agroecológica e os processos de comercialização considerando os tempos de produção e reprodução das atividades que as mulheres estão envolvidas.

A SOF Sempreviva Organização Feminista iniciou a atender mulheres através do lote 01 da chamada nº 01/2014 DPMRQ/MDA e os trabalhos foram desenvolvidos de acordo com metas já propostas no edital. Para melhor organizar as informações deste artigo optamos em detalhar as experiências e desafios vivenciados a partir destas metas de trabalho e, a partir delas, continuarmos as reflexões e ações concretas na vida das mulheres nos territórios.

Para este lote da região do Vale do Ribeira foi colocada a meta de atendimento a 240 mulheres rurais. A SOF atuou em 09 municípios priorizando os trabalhos coletivos e na possibilidade de formar novos grupos de mulheres onde não havia organização por parte delas. Foram identificados núcleos de trabalho, em comunidades tradicionais e bairros rurais, através de reuniões e apresentação do projeto de Ater. Vale ressaltar que a SOF já atuava no território desde 2010 e algumas relações com os grupos de mulheres da região foram também estabelecidas anteriormente.

As chamadas de Ater consideravam, para atendimento das atividades, as mulheres que tinham DAP (declaração de aptidão ao Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Este documento foi instituído no ano de 1995, junto a política de acesso à créditos, e hoje se constitui num documento de registro da agricultura familiar para acessar políticas como a previdência social e outras vinculadas à programas nacionais específicos ao segmento. Desta maneira, iniciamos nossas atividades com a emissão destes documentos para as mulheres que não possuíam. Emitimos a DAP para 101 mulheres rurais, quase 50% do total de beneficiárias da ater. As mulheres se apresentavam como agricultoras mas com dificuldades de obter este documento através dos órgãos responsáveis pela emissão: por ser um documento vinculado a acessar créditos, a maioria dos técnicos desconsidera o trabalho voltado para o autoconsumo. Entende-se que a produção de autoconsumo é a principal atividade que as mulheres estão envolvidas, são os trabalhos dos quintais ou em áreas próximas às suas casas, entendendo que seus tempos na produção na agricultura são divididos com o tempo das atividades domésticas. As instituições ao desconhecer a produção de autoconsumo para manutenção das famílias, muitas vezes cedia a DAP apenas para os maridos e companheiros que estavam responsáveis por áreas maiores de produção e caracterizadas pela presença da monocultura, como o palmito ou a banana, muito característicos da região. Vale ressaltar que ao perguntar dos trabalhos que ambos, marido e esposa, exerciam nas áreas que são de responsabilidade feminina ou masculina, as mulheres declaravam que

os trabalhos compartilhados são considerados como ajuda, havendo uma nítida divisão de responsabilidades e trabalhos entre os sexos.

A região do Vale do Ribeira é caracterizada por possuir um mosaico extenso de floresta da mata atlântica, com a presença de unidades de conservação e monoculturas de banana e palmito. Muitas comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, tiveram suas áreas diminuídas pela presença dos parques, impedindo a prática de uma agricultura tradicional e necessitando ter autorização para praticar roçados. É comum na região a precarização do trabalho através de contratações de homens e jovens nas grandes fazendas e as mulheres cuidando dos trabalhos da casa e produzindo apenas para o “gasto”, como elas mesmas acrescentam ao citar a produção das hortas e quintais para o autoconsumo. Esta situação invisibiliza a produção e importância das mulheres na contribuição da renda familiar e reforça os casos da condição de violência que muitas mulheres vivenciam. Houve relatos de mulheres justificando a ausência no projeto de Ater porque não tinham tempo: cuidavam de idosos ou porque o marido achava perda de tempo a participação da esposa nas atividades. A SOF trabalhou temas relacionados ao tempo das mulheres em oficinas coletivas para socializar as experiências e dificuldades das mulheres em relação ao acesso à documentos como a DAP e também sobre as participações delas nas organizações mistas e de mulheres da própria comunidade. Alguns relatos mostraram a discriminação que passaram ao tentar obter a DAP nas instituições emissoras, com técnicos fazendo piadas em relação a baixa renda que apresentavam ou até mesmo ouvir que “horta não é produção”. Muitas agricultoras trouxeram problemas em relação a titularidade da terra, muitos documentos estavam em nome dos seus companheiros e por isso não conseguiam comprovar as relações de trabalho com a terra. Outras disseram que nunca se preocuparam em ter documentos como a DAP porque toda produção e comercialização era feita pelo marido.

Durante a execução da ATER aconteceram visitas individuais e também em áreas coletivas de produção dos grupos. Durante estas visitas foi aplicado um Roteiro de Caracterização, um documento elaborado por representantes de diversas organizações envolvidas com a política nacional de ater para sistematização de informações das famílias atendidas nas diversas chamadas públicas, e que continha informações da família, produção e uma tabela que indicava os tempos de trabalhos da mulher na agricultura.

Notamos que as informações sobre a produção foram as que mais tivemos dificuldades de identificar. As mulheres não conseguiam dimensionar as áreas de plantios e também falar sobre o manejo de produção que era dado: se usavam agrotóxicos, quais seriam, se foi colocado adubo e

etc. Muitas falas afirmaram que o uso de produtos químicos e agrotóxicos são geralmente manipulados pelos homens da família e que nas áreas que se plantava para o autoconsumo pouco ou nada era usado destes produtos. Algumas mulheres declaravam a vontade de trabalhar toda a unidade de produção sem o uso de venenos mas que é uma condição difícil porque as culturas da banana ou palmito são muito exigentes e por isso não dava para ter produção sem o uso dos produtos. Declararam também que não tinham tempo para se dedicar a capina nos plantios e por isso optavam pelo uso dos agrotóxicos, segundo uma agricultora da cidade de Iporanga/SP: “Fui vencida. Tentei plantar o palmito orgânico, sem usar o veneno, mas meu marido disse que eu não tinha tempo de ficar limpando e colocou veneno para acabar com o mato”.

Notamos também a dificuldade que as mulheres tinham em visualizar os tempos que dedicam para as atividades diárias, em horas: preparo das refeições, cuidado com as crianças e idosos, tempo de produção e cuidar das criações e etc. Optamos em sair do formato da tabela e desenhar um relógio onde elas indicavam seus tempos. Este exercício gerou muitas reflexões das mulheres sobre suas atividades: “meu relógio tem mais que 24 horas” ou “parece que o trabalho nunca acaba”.

Houve momentos de socialização e de planejamento de ações, nestas atividades fizemos momentos coletivos de identificação da mulher no território solicitando um desenho individual da sua unidade de produção, conhecido como mapa da sociobiodiversidade. Elas apresentaram os desenhos de diversas maneiras mas a presença de flores, criações e crianças brincando ao redor da casa foram muito presentes. Depois pedimos que elas desenhassem em cima deste mesmo mapa o que elas gostariam de plantar e projetar na área que desenharam. Apareceram as casas mais bonitas, o quintal mais diverso com muitas variedades de plantas e animais, mudança de plantas dos roçados e etc. Algumas desenharam os produtos que gostariam de processar e comercializar e outras escreveram os nomes das plantas que gostariam de ter nos quintais ou nas hortas. A partir destes mapas foi iniciado um planejamento de temas e assuntos para tratar com as mulheres, elas levantaram a vontade de aprender mais sobre o uso de adubos e caldas naturais para as plantas, sobre o uso de composto, épocas de plantio e planejamento da produção, processamento de alimentos, conservas e doces, e também a confecção de artesanatos com o uso de fibras naturais, como o da banana, já muito realizado na região.

As visitas técnicas para implantação de técnicas agroecológicas, foi a atividade 4 desta chamada pública e se concretizou com as informações geradas na atividade anterior. Foram realizados mutirões de plantios acompanhados com a socialização de técnicas e práticas que as mulheres já traziam de suas experiências com a agricultura. Os conhecimentos sobre as plantas,

formas de plantios e uso de algumas espécies medicinais foram os assuntos que mais surgiram durante estes encontros.

Em alguns bairros e comunidades as mulheres não estavam organizadas em grupos ou coletivos e muitos destes encontros propiciaram o início de um processo de auto-organização das mulheres em torno da produção, tanto para autoconsumo como para comercialização. Houve neste período a iniciativa da formação de um grupo no bairro Indaiatuba, Barra do Turvo/SP, e as mulheres se auto-intitularam como “as Margaridas”, iniciando a experiência de comercializar os produtos dos quintais em uma barraca montada no bairro. Outro grupo que se iniciou neste processo de reuniões e encontros foi o coletivo de pescadoras e agricultoras da cidade de Peruíbe/SP. As mulheres estão compartilhando dias de produção, realizando reuniões e se organizando para feiras locais.

Muitas mulheres levantaram a necessidade e vontade de se organizarem e participarem mais de suas organizações mistas (associações e cooperativas). Nos momentos de socialização surgiram os problemas da comercialização e reclamações sobre as informações nunca chegarem a elas, foi muito comum os relatos dos preconceitos que vivem em suas organizações.

Para tratar de maneira mais concreta as reflexões sobre a realidade das mulheres rurais, nos utilizamos das Oficinas de Gênero e Feminismo, atividade 05 da proposta, para pensar a partir da história de luta das mulheres, urbanas e rurais, as experiências de vida que as agricultoras trazem. Houve também a preocupação de trazer os temas que elas já haviam levantado em rodas de conversa anteriores: preocupações com as filhas jovens e os assédios, o envolvimento com as drogas e a ida dos filhos para as grandes cidades. Nestas oficinas relataram sobre casos de violência contra as mulheres nas comunidades, sobre a questão de titularidade da terra e as dificuldades de obter a aposentadoria rural. As mulheres do município de Peruíbe, que por estarem muito próximas da cidade, falaram de problemas envolvendo as mulheres jovens no tráfico de drogas e prostituição local. Já no município de Cananéia as mulheres falaram muito sobre a desvalorização dos seus trabalhos pelos homens, desqualificando suas atividades na associação e também no âmbito doméstico. As preocupações que envolvem os filhos e família é sempre presente, principalmente em relação aos jovens: seja pelo envolvimento deles nos problemas das cidades ou pela falta de interesse de continuar na roça. As mulheres mostraram também a precarização da vida no território, muitas delas não participando dos circuitos de comercialização da agricultura, trabalham como diaristas em chácaras e sítios vizinhos. Estar ausente da casa e a preocupação com os cuidados das crianças pequenas são um problema resolvido quando se deixa os filhos nas casas de vizinhas ou com as avós. Esta precarização também está presente quando relatam os problemas com as estradas,

impossibilitando o trânsito dos ônibus escolares e/ou na ausência de transportes públicos para irem às cidades. As mulheres de Itaoca/SP pagam o valor de R\$ 45,00 em taxis e caronas para conseguirem ir até a cidade (15 km de distância) e realizar consultas médicas ou fazer compras. Os problemas relacionados às infra-estruturas do território, como a ausência de transportes, creches e assistência médica, são quase sempre reorganizados à custa dos trabalhos e sacrifícios das mulheres.

A partir das experiências mencionadas e tratando o tema da autonomia econômica, a SOF trabalhou com as dificuldades que as mulheres traziam a respeito dos seus produtos e produção artesanal e agroecológica. Foram várias atividades práticas de manipulação e armazenamento de conservas e doces, coletas de plantas e preparo de receitas e confecção de artesanatos. Priorizamos as trocas de saberes nestas oficinas e as próprias agricultoras ensinavam umas para as outras seus conhecimentos como ocorreu na cidade de Eldorado/SP, entre mulheres quilombolas e indígenas guaranis, durante a oficina de trançado e uso de fibras de bananeiras. Nos momentos de conversa surgiram os problemas relacionados à vigilância sanitária e os produtos que as agricultoras não conseguem comercializar, tanto pela ausência de normas municipais quanto pela impossibilidade de atender às especificações dos projetos para as cozinhas e agroindústrias.

A inadequação das atuais normas sanitárias ao modo de produção de base artesanal e familiar se constitui em uma das principais barreiras para o acesso da agricultura familiar aos mercados formais. (...) Este cenário contribui para que parte considerável da produção das mulheres tais como ovos, galinha caipira, queijos, polpa de frutas, panificados, entre outros, não seja comercializada nos mercados formais, inclusive o PAA e o PNAE (Mulheres e Agroecologia, 2014).

Este assunto foi tratado de maneira a socializar as experiências de comercialização e estratégias que as mulheres vêm desenvolvendo para criar alternativas de mercados.

Considerações finais

Os momentos de socialização das experiências foram as atividades da ATER que mais propiciaram as trocas e beneficiaram o fortalecimento das mulheres e dos grupos. Foram organizados momentos de avaliação dos trabalhos e muitas mulheres relataram a mudança ocorrida em suas vidas nos dois anos de atividades. As experiências que envolveram a geração de renda impulsionaram muitas mulheres a iniciarem seus circuitos de comercialização como é o caso da participação em feiras locais ou até mesmo a relação solidária de vendas e consumo com grupos da capital de São Paulo. Uma das agricultoras envolvidas com os processos de comercialização conta que depois de participar dos grupos e reuniões a “chaleira parou de voar em casa”, citando os momentos de brigas com o marido e sua nova fase de autonomia. Muitas delas também refletem a

situação de medicalização nas suas vidas, onde o uso de antidepressivos é comum entre elas. Em uma oficina sobre a importância do uso de plantas medicinais houve relato de uma mulher que parou de usar remédios depois que começou a frequentar as reuniões com o grupo.

As perspectivas de mudança também se deram através de ações concretas relacionadas às formas de produzir alimentos, os relatos sobre uso abusivo de agrotóxicos, pulverizações aéreas e a preocupação em oferecer alimentos saudáveis foram temas constantes, no caso das mulheres indígenas, há relatos da exposição aos agrotóxicos através das pulverizações de fazendas vizinhas e a vontade de realizar denúncias ao ministério público, segundo relatos: “percebo os agrotóxicos quando olho os pratos que estão na pia e ficam todos manchados pela pulverização do veneno”, diz uma mulher indígena. A presença do agronegócio na região se transfere em violência na vida das pessoas que residem no território, não apenas na exposição das famílias pelos agrotóxicos, mas também pelas condições precárias de trabalho existentes nas relações das famílias que recebem por dias de trabalho. Há ainda os casos de violência em relação aos espaços de produção das mulheres, situações que os homens definem o quê como plantar, como o caso da agricultora de Apiaí/SP que relata o quê a motivou para participar de um grupo de certificação orgânica: “a produção orgânica certificada vai definir que área pode ou não pode ter veneno e minha área não vai ter. Meu marido não vai mais poder colocar veneno nas minhas plantas.”

O objetivo da auto organização das mulheres, para além da ATER, se faz presente nos trabalhos executados pela SOF e as mulheres sentem o processo de mudança de maneiras diferentes entre elas. Criar as situações onde elas consigam expor e trocar informações sobre a vida se torna uma estratégia de como enfrentar os problemas e a violência sexista presentes. Outros problemas de conjunturas maiores estão presentes na região, como o caso da mineração, construção de grandes barragens, as questões que envolvem as titulações de terras, presença das unidades de conservação e o discurso do desenvolvimento através das privatizações e pagamentos ambientais.

A confiança necessária para que as mulheres denunciem situações de violência e acompanhem o desenrolar dos processos está comprometida no atual contexto. Para que elas se sintam fortalecidas e apresentem suas demandas ao Estado, a relação de confiança deve ser construída nas comunidades. Para isto a luta pela defesa dos territórios – terra, água, biodiversidade – e das formas próprias de gestão das comunidades tradicionais e camponesas deve incorporar a consigna por um território livre de violência contra as mulheres.

Referências

GT MULHERES DA ANA. *Mulheres e Agroecologia*. Brasília: CONTAG, 2014.

Experiences of technical assistance and rural extension for women in Vale do Ribeira/SP

Abstract: The project of ATER (Technical Assistance and Rural Extension) for women began in the year 2015 after the implementation of public calls from the extinct Rural Policy for Rural Women. The project development is accompanied by the challenges of bringing the formalization of rural women through their jobs, especially fishers and farmers, and consequently gives visibility the activities of organization and production. The collective moments of socialization among the participants brought experiences that translate into strategies for the maintenance of women in their territories, from production and commercialization to other practices that encourage organization and protagonism. The work methodology sought to involve as much as possible the experiences and expectations of women farmers. With them, was built the content of the planned schedule of activities, according to the needs presented in household. Training activities in individual and collective agroecology were carried out in the search for technical training for women farmers, along with the insertion of concepts of value creation and women's financial independence.

Keywords: Rural Women; ATER; Organization